

# O USO DO PRINCÍPIO TELEOLÓGICO DOS SERES VIVOS NA FILOSOFIA MORAL DE KANT

*The use of the teleological principle of the being alive in the Kant's moral*

**CINARA NAHRA**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

cinaranahra@hotmail.com

**Abstract:** The aim of this article is to discuss the teleological principle of living beings in Kant's moral philosophy. What Kant calls *On the Principle for Judging Intrinsic Purposiveness in Organized Beings* is described at § 66 of *Kritik der Urteilskraft* (AA 05 376) as: *an organized product of nature is one in which everything is a purpose and reciprocally also a means. In such a product nothing is gratuitous, purposeless, or to be attributed to a blind natural mechanism.* I intend to show here that when Kant questions the idea of good will in the *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, he appeals to the teleological principle of living beings to arrive at the conclusion that the idea of good will is not a chimera, a fantasy, namely, it is reasonable to believe in good will, i.e. it is reasonable to believe that there are moral actions done *from* duty and not merely done in conformity with duty. With the presupposition of the teleological principle, acting from duty, acting morally, will not be a chimera anymore, as there will be good reasons to believe in good will, which will be then produced by reason in its practical use, despite the fact that the existence of good will continues not proven in Kant's view, because for him it is impossible to prove that we actually act morally (from duty) given that no one is able to know either his/her own intentions or the intentions of others (ignorance of our intentions).

**Keywords:** Teleological principle; morality; teleology; good will; belief.

## O uso do princípio teleológico dos seres vivos na filosofia moral de Kant

O uso da teleologia e de princípios teleológicos na filosofia de Kant fica claro quando ele discute os dois métodos possíveis para a investigação da natureza. Kant afirma no seu artigo de 1788 *Über Den Gebrauch Teleologischer Prinzipien in Der Philosophie* que:

Se nós entendemos por natureza a soma total de tudo que existe determinadamente segundo leis e no mundo (como natureza propriamente dita) estas coisas conjuntamente com sua causa suprema, nós podemos tentar investigar a natureza segundo dois métodos. O primeiro destes métodos é chamado física, o segundo metafísica. O método da física é teórico e emprega apenas propósitos tais que podem ser conhecidos através da experiência. Ao contrário, o método da metafísica é teleológico e pode empregar somente um propósito estabelecido pela razão pura para seu fim. (ÜGTP AA 08 159)

A investigação moral em Kant, como sabemos é uma investigação fundamentalmente metafísica. A metafísica dos costumes nada mais é do que a Moral, ou seja, a parte totalmente racional da Ética. Quando Kant, pois, afirma que o método usado para a investigação da natureza pode ser o método metafísico, e que este método metafísico é teleológico, uma porta teórica se

abre para que possamos entender mais claramente a relação entre natureza/ moralidade/ teleologia em Kant.

No § 66 da KU, ao tratar do princípio para julgar a propositividade intrínseca em seres organizados<sup>1</sup>, Kant estabelece um princípio que é ao mesmo tempo a definição dos seres organizados. Este princípio é o seguinte: *um produto organizado da natureza é aquele em que tudo é fim e reciprocamente meio. Nele (em um produto organizado da natureza) nada é vão, sem fim ou atribuível a um mecanismo natural cego* (KU AA 05 377). Há pelo menos dois momentos importantes em que fica explícita a aplicação deste princípio na filosofia de Kant. O primeiro momento é na *Kritik der Reinen Vernunft*. Na refutação da prova de Mendelssohn sobre a permanência da alma, Kant nos diz que “as demonstrações que são úteis para o mundo mantêm todo o seu indiminuto valor e, mediante a supressão daquelas pretensões dogmáticas lucram, antes, em clareza e convicção natural, enquanto situam a razão na sua esfera peculiar, a saber, na ordem dos fins, **que é ao mesmo tempo uma ordem da natureza**” (grifo nosso) (KrvB425). Continua ele afirmando que em tal caso a razão como faculdade em si mesma prática sem ser limitada as condições da ordem natural está ao mesmo tempo autorizada a estender a ordem dos fins, e com ela a nossa própria existência, para além dos limites da experiência e da vida; **segundo a analogia com a natureza dos seres vivos neste mundo, com respeito aos quais a razão tem que necessariamente admitir como princípio que nenhum órgão, nenhum poder, nenhum impulso, portanto, nada do que pode encontrar-se neles é supérfluo ou desproporcional ao seu uso.** (KrVB425)

Kant admite, então, uma extensão do uso da razão para além dos limites da experiência, e nesta passagem fica claro que isto se dá em analogia com o que chamarei princípio teleológico dos seres vivos (ou seja, o princípio para o julgamento da propositividade intrínseca em seres organizados, ou princípio do ajuizamento da conformidade a fins interna em seres organizados), princípio que como admite Kant é obtido a partir da idéia da perfeição natural interna tal como a possuem aquelas coisas que somente são possíveis enquanto propósitos naturais e, portanto, se chamam seres organizados (KU AA 05 375). Seres organizados, para Kant, nada mais são do que os seres vivos e ele chama a atenção para o fato de que:

---

<sup>1</sup> Enquanto a tradução de Werner Pluhar da Cambridge Press usa “on the principle for judging intrinsic purposiveness in organized beings”, ou seja, “sobre o princípio para o julgamento da propositividade intrínseca em seres organizados”, a recente tradução de Rohden e Marques (2006) editada pela Forense se refere a “Do Princípio do ajuizamento da conformidade a fins interna em seres organizados”. No original alemão temos: “Vom Prinzip Der Berteilung Der Innern Zweckmäsigkeit In Organisierten Wesen”.

O conceito de uma coisa como um propósito natural em si mesmo não é um conceito constitutivo nem do entendimento nem da razão, mas sim um conceito regulativo para a faculdade de juízo reflexiva, permitindo-nos usar uma analogia remota com nossa própria causalidade em termos de propósitos em geral para guiar nossa investigação de objetos organizados e meditar em relação a sua base suprema; uma meditação não para ganhar conhecimento da natureza ou de seu fundamento, **mas para auxiliar este mesmo poder prático em nós (nossa razão) em analogia com o que nós considerávamos a causa da propositividade em objetos organizados** (grifo nosso). (KU AA 05 375)

É só a partir destas observações que Kant enuncia o princípio teleológico dos seres vivos na KU, mas a relação entre o princípio teleológico e o uso prático da razão, assim como a aplicação do primeiro à filosofia prática de Kant, fica clara já na GMS. No início da primeira secção Kant coloca a prova a idéia de boa vontade, ou seja, de uma vontade que age meramente pela representação do Imperativo Categórico, uma vontade que age moralmente (age por dever). Kant se pergunta:

Há, contudo, nesta idéia do valor absoluto da simples vontade algo de tão estranho que a despeito de toda a concordância da razão vulgar com ela pode surgir a suspeita de que, no fundo, haja talvez oculta apenas uma quimera aérea e que a natureza tenha sido mal compreendida na sua intenção ao dar-nos a razão por governante de nossa vontade. Vamos por isso, deste ponto de vista, pôr a prova esta idéia. (GMS AA 04 395)

Quando Kant coloca em prova a idéia de boa vontade, tentando então resolver a sua “dúvida cética” mostrando que a idéia de boa vontade não é uma quimera, uma fantasia irrealizável, ou seja, que é razoável que acreditemos nela, ou seja, é razoável acreditar que existam ações morais (ações realizadas por dever e não apenas em conformidade ao dever), Kant recorre ao princípio teleológico dos seres vivos. Ele cita explicitamente o princípio teleológico afirmando que quando consideramos as disposições naturais de um ser organizado, isto é de um ser constituído em ordem a um fim que é a vida, aceitamos como princípio que nele não se encontra nenhum *Werkzeug* (órgão, instrumento, ferramenta) que não seja o mais conveniente e adequado à finalidade a que se destina (GMS AA 04 395). Kant continua afirmando que se em um ser dotado de razão e vontade a verdadeira finalidade da natureza fosse a sua conservação, o seu bem estar ou a sua felicidade, o instinto seria muito mais adequado para estes propósitos do que a razão. Assim sendo, se o uso prático da razão não é destinado nem a conservação, nem ao bem estar, nem a felicidade (sendo o instinto muito mais eficaz para alcançar estas finalidades) e dado o princípio teleológico de que em um ser vivo nada é sem finalidade ou atribuível a um mecanismo racional cego, o uso prático da razão deve estar destinado a alguma outra finalidade, e esta finalidade será então, justamente, a produção de uma vontade boa em si mesmo (GMS AA

04 396). Vontade boa em si mesmo, dirá Kant, para a efetivação da qual a razão é absolutamente necessária, uma vez que a natureza de resto agiu em tudo com acerto na repartição de suas faculdades e talentos. O argumento de Kant pode ser assim resumido:

P1- Somos dotados de razão;

P2 - Assumimos o princípio de que todos os órgãos (ou ferramentas, instrumentos) em um ser humano têm uma finalidade e estes órgãos são os mais adequados a esta finalidade;

P3- A finalidade da razão **não** é a preservação, o bem estar, a felicidade;

Conclusão - A razão tem uma outra finalidade.

Qual seria esta “outra finalidade” a que Kant se refere? Nada mais do que a produção de uma boa vontade. O que é, entretanto, uma boa vontade? Uma boa vontade é exatamente uma vontade que agiria por dever, que agiria movida pela razão pura, agiria moralmente. Há então, parece, uma relação direta entre a Moralidade e o Princípio Teleológico em Kant, de modo que para mostrar que uma boa vontade, uma vontade que age moralmente, não é uma quimera (no sentido de que é crível, não se trata de uma fantasia), teríamos que pressupor este princípio, que pressupõe uma harmonia de propósitos na Natureza. Sem essa pressuposição, e me parece que este é o ponto importante, a existência da boa vontade permaneceria como sendo uma fantasia, algo que embora possa existir, não existe.<sup>2</sup>

Com a pressuposição do princípio teleológico, embora a existência da boa vontade continue não demonstrada em Kant - já que para ele é impossível provar que agimos moralmente, dado o princípio da incognoscibilidade das nossas intenções - o agir de boa vontade, ou seja, o agir moral, já não será quimérico à medida que teremos já boas razões para acreditar na boa vontade, que será, então, produzida pela razão no seu uso prático, ou seja, produzida pela razão humana quando esta se aplica ao campo da ação<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Façamos aqui uma analogia com Pégaso, o cavalo alado símbolo da imortalidade, no mito grego. Cavalos alados, como se sabem, não existem, mas sua existência é possível, ou seja, não existe nenhuma contradição na existência de Pégaso e portanto nenhuma impossibilidade na sua existência, diferentemente de um círculo quadrado, cuja existência seria contraditória, e portanto, impossível. No caso da boa vontade, sem a pressuposição do princípio teleológico ela teria um estatuto semelhante ao de Pégaso, ou seja, algo que embora possa existir, sabemos que não existe, mas com a pressuposição do princípio teleológico teríamos já boas razões para acreditar na sua existência; com a pressuposição do princípio teleológico a boa vontade se torna não apenas possível mas também crível.

<sup>3</sup> Parece-me claro que Kant baseia-se no princípio teleológico para argumentar, por exemplo, que o suicídio por amor próprio e a homossexualidade são imorais. Ele argumenta que o suicídio por amor próprio não resiste ao teste do Imperativo Categórico por que o sentimento do amor próprio, o qual é destinado por natureza para um propósito, isto é, auto-preservação, no caso do suicídio é usado para um propósito contrário, ou seja, auto destruição. Há então uma contradição entre o propósito do instinto do amor próprio com a ação (suicidar-se por amor próprio). O raciocínio de Kant é o de supor que certos instintos têm um propósito definido – o propósito do amor próprio é a preservação da vida e o propósito do sexo é a preservação das espécies – e disto ele conclui que quando estes

Na KU Kant nos brinda com explicações sobre o princípio teleológico. Ele nos diz que tal princípio, que é ao mesmo tempo a definição dos seres organizados, é dedutível da experiência, mas por causa da universalidade e da necessidade que esse princípio afirma de uma tal conformidade a fins, não pode simplesmente assentar na experiência, mas pelo contrário tem como fundamento algum princípio a priori qualquer, ainda que seja meramente regulativo e aqueles fins existissem somente na idéia daquele que ajuíza e em nenhuma causa eficiente (KU AA 05 376). Kant afirma que, na verdade, este conceito conduz a razão a uma ordem das coisas completamente diferente daquela ordem de um simples mecanismo da natureza, que aqui já não é suficiente. Kant continua afirmando que:

Somente a matéria enquanto matéria organizada, necessariamente e por si mesma, conduz ao conceito dela como um propósito natural, porque esta sua forma específica é simultaneamente produto da natureza. Mas este conceito de um propósito natural conduz então, necessariamente, à idéia da natureza no seu todo como um sistema segundo a regra dos propósitos, idéia a que deve então subordinar-se todo o mecanismo da natureza, segundo princípios da razão... O princípio da razão cabe-lhe então de modo somente subjetivo, isto é, como máxima: tudo no mundo é bom para alguma coisa; nada nele é vão; e, através do exemplo que a natureza nos dá nos seus princípios orgânicos estamos justificados, na realidade até chamados, a nada esperar dela e de suas leis senão aquilo que tem um claro propósito em relação ao todo. (KU AA 05 379)

Tal princípio não é um princípio para a faculdade de juízo determinante, mas sim para a faculdade do juízo reflexiva, ou seja, um princípio regulativo e não constitutivo e por ele somente recebemos um fio orientador para considerar, segundo uma nova ordem legisladora, as coisas da natureza relativamente a um fundamento de determinação que já foi dado, e alargar o conhecimento da natureza segundo outro princípio, nomeadamente o das causas finais, porém sem danificarmos o princípio do mecanismo da sua causalidade (KU AA 05 379).

---

instintos levam a atos que são contrários a estes propósitos, uma contradição se produz. Então quando em nome do amor próprio as pessoas cometem suicídio, isto está em contradição com a postulação de que o propósito do amor próprio é preservar nossas próprias vidas. Na mesma linha de raciocínio, se o propósito do sexo é a preservação das espécies e em nome do instinto sexual as pessoas se envolvem em atos homossexuais ou mesmo sexo masturbatório ou com animais, ou seja, atos que essencialmente não levam a preservação das espécies, isto contradiz a postulação de que o propósito do sexo é o de preservar as espécies. Então, ao invés de suspeitar que, talvez, não haja nenhum propósito último em relação aos nossos instintos (que talvez o instinto do amor próprio não objetive a preservação de nossas vidas e o propósito do sexo não seja necessariamente procriação) ele opta por dizer que os atos – suicídio e homossexualidade – são essencialmente imorais. Já discuti isto em detalhes em outro texto, apresentado na ANPOF 2006, mas ainda não publicado, denominado *A Fórmula da lei da natureza e as condenações morais kantianas ao suicídio e à homossexualidade* aonde mostrei e discuti o fato que Kant efetivamente precisa do princípio teleológico para mostrar que o suicídio por amor próprio é imoral, bem como a homossexualidade. O que aparece aqui nesta discussão da Fundamentação é mais um fator para corroborar a importância que tem em Kant o uso do princípio teleológico. Sem a sua pressuposição não teríamos nenhum motivo para acreditar na existência da moralidade (entendida como sendo a boa vontade, ou seja, o agir desinteressado, o agir apenas pelos motivos da razão pura).

A faculdade de juízo reflexiva deve servir como mero princípio subjetivo para o uso conforme a fins das faculdades de conhecimento, especificamente para refletir sobre certas espécies de objetos e assim chegarmos a conceitos. O princípio teleológico do ajuizamento da conformidade a fins internos em seres organizados parece ser exatamente um princípio assim estabelecido. Através dele, entretanto, chegaríamos ao conceito de boa vontade, com sua pressuposição seria já possível acreditar na boa vontade, acreditar na moralidade.

Kant nos diz então no § 83 da KU que temos razões suficientes para ajuizar o homem não apenas como ser da natureza, como todos os seres organizados, mas como fim último da natureza. A natureza pode orientar-se em direção a um fim terminal que lhe é exterior, e isto pode ser considerado como seu fim último (KU AA 05 430-433). Um fim último nos diz Kant é aquele que não necessita de nenhum outro fim como condição de sua possibilidade. Para Kant:

Nós temos somente uma única espécie de ser no mundo cuja causalidade é dirigida teleologicamente, isto é, dirigida a propósitos... Esse ser é o homem, mas considerado como noumeno... O homem é o único ser da natureza no qual podemos reconhecer a partir da sua própria constituição uma faculdade supra-sensível (a liberdade)... Mas sobre o homem assim como qualquer ser racional no mundo, enquanto ser moral, não é possível continuar a perguntar para que ele existe. A sua existência possui nele próprio o propósito mais elevado... Somente no homem, mas no homem enquanto sujeito da moralidade se encontra a legislação incondicionada relativamente a propósitos. É esta legislação, portanto, a que capacita o homem a ser um propósito final ao qual toda natureza está teleologicamente subordinada. (KU AA 05 435)

Parece, então, que somente se for pressuposta uma harmonia de propósitos na natureza podemos pensar que a moralidade pode efetivamente se realizar. Se o homem enquanto ser moral é o fim terminal da criação, deve ser possível a efetivação da moralidade. Ora! O que torna possível a efetivação da moralidade é exatamente a Razão, que no campo humano poderia ser considerada como sendo um órgão, ou uma ferramenta, e que dado o princípio teleológico de que nada, nenhum órgão em um ser vivo é sem propósito, teria assim o propósito de fundar a boa vontade, de fundar a moralidade. Se essa harmonia de propósitos na natureza não fosse pressuposta não haveria motivos para que acreditemos que a razão funda uma boa vontade, não haveria motivos para que acreditemos na existência da moralidade, ou seja, para que acreditemos na existência de ações realizadas por dever, na existência de ações realizadas pelo único e exclusivo motivo de que nos representamos a lei moral.

É assim que podemos entender a propriedade do que nos diz Paton (Paton, 1947 p.150), ao afirmar que para entender o pano de fundo da doutrina de Kant nós devemos lembrar que para ele a visão teleológica de um organismo é não somente de que ele é como um todo adaptado a um propósito ou um fim, mas também, que cada órgão é também adaptado a um propósito ou

fim o qual é um elemento do propósito total. Paton observa (1947, p.44) que no argumento de Kant relativo ao propósito ou função da razão na vida humana Kant assume três proposições, a saber, a) que um ser orgânico é, como um todo, adaptado a um propósito ou fim, isto é, a vida b) que em tal ser todo órgão é adaptado a um propósito ou fim o qual é um elemento do propósito total, c) que todo órgão é completamente adequado para atingir seu propósito ou fim.

Se assim é poderíamos dizer que os seres vivos da espécie humana têm um *Werkzeug*, um órgão (uma ferramenta), a razão, cujo propósito prático é fazer com que ajamos de boa vontade, ou seja, moralmente. Esse entendimento da razão como sendo um órgão, ou uma ferramenta, embora possa parecer estranho a primeira vista, não parece ser incompatível com a definição kantiana de razão como faculdade. Como se sabe Kant define a Razão como sendo a faculdade da unidade das regras do entendimento sob princípios (KrVB359). Ele nos diz que ela jamais se refere imediatamente à experiência ou a qualquer objeto, mas ao entendimento, para dar aos seus múltiplos conhecimentos unidade a priori mediante conceitos, a qual pode denominar-se unidade da razão e é de natureza completamente diferente da que pode ser produzida pelo entendimento.

A razão kantiana tem dois tipos de uso, a) um uso lógico (inferencial) e b) um uso puro (real) <sup>4</sup>. Estes, por sua vez, se aplicam a dois domínios do conhecimento, a saber, a) o domínio teórico (que exprime não o dever ser, mas o ser) e o domínio prático (que nos dá imperativos ou princípios de imperativos possíveis, regras para a ação).

No domínio prático, que é o que nos interessa aqui, a razão pode ter dois usos, um uso simplesmente lógico inferencial, a partir da qual ela deriva ações de regras quaisquer, e um uso outro, puro, e é esse uso puro que vai nos fornecer um princípio racional prático, ou seja, a lei moral. Uma vontade que age segundo a razão pura prática é uma vontade que não apenas deriva ações de regras (o que seria um uso inferencial que todos nós humanos, por sermos dotados de razão, fazemos), mas que, além disso, age segundo os princípios da razão pura, ou seja, segue a lei moral, obedece ao imperativo categórico. Tal vontade, se existir, será exatamente uma boa vontade, aquela que concretiza o objeto da razão pura no campo prático, que é o bem.

---

<sup>4</sup> Na *KrV356B* Kant distingue dois usos da razão: um uso formal, isto é, lógico, já que a razão abstrai todo conteúdo do conhecimento, e também um uso real, uma vez que ela contém a origem de certos conceitos e princípios que não toma emprestado nem dos sentidos nem do entendimento. A faculdade lógica (correspondendo ao primeiro uso) é aquela já explicada pelos lógicos como a faculdade de concluir mediamente. Além desta faculdade lógica, existe a faculdade transcendental (correspondendo ao segundo uso), aquela que produz conceitos. O uso puro da razão é explicado em detalhes por Kant na *KrVB362-366*. Kant responde ali à questão sobre se a razão pura a priori contém princípios sintéticos e regras, e em que podem consistir estes princípios.

Assim, pois, o bem, a moralidade, não pode se realizar sem a pressuposição de que existe um uso puro da razão no campo prático. O ponto, porém, é que só teremos boas razões para acreditar na realização deste bem, que é exatamente a produção de uma boa vontade, se for pressuposto que há uma harmonia de propósitos na natureza, considerada do ponto de vista de sua causalidade final, e que assim sendo o propósito da razão no campo prático é precisamente a fundação desta boa vontade. Invertendo o raciocínio, se não pressupusermos que há um propósito prático para a razão, não haverá motivos para acreditar na existência da boa vontade, ou seja, não haverá motivos para acreditar em uma vontade que age pela representação da lei moral, que age "por dever". Se não pressupusermos que há um propósito prático para a razão, não haverá nenhum motivo para crer que a boa vontade, a moralidade, não passa de uma quimera.

Cabe aqui uma reflexão sobre o conceito de crença kantiano. Kant na terceira seção do cânone da KrV, ao escrever sobre o opinar, o saber e o crer, nos diz que o considerar algo verdadeiro ou a validade subjetiva do juízo com referência a convicção (a qual ao mesmo tempo vale objetivamente) possui os três graus: opinar, saber e crer. Opinar é considerar algo verdadeiro que é tanto subjetiva quanto objetivamente insuficiente. Saber é considerar algo verdadeiro que é tanto subjetiva quanto objetivamente suficiente, e finalmente há um meio-termo, a crença, que como diz Kant é quando o considerar algo verdadeiro é só subjetivamente suficiente, sendo ao mesmo tempo tomado como objetivamente insuficiente ( KrV B850).

Também afirma ele:

A verdade é a propriedade objetiva do conhecimento: o julgamento pelo qual alguma coisa é representada como verdadeira – a relação a um entendimento e, por conseqüência, a um sujeito particular – é subjetiva e chama-se assentimento. O assentimento comporta duas espécies, a certeza e a incerteza. O assentimento certo (certeza) está ligado à consciência da necessidade e o assentimento incerto, ao contrário, ou a incerteza, está ligado à consciência da contingência ou a possibilidade do contrário. Esta última espécie de assentimento, por sua vez, é ou insuficiente tanto objetiva quanto subjetivamente, ou objetivamente insuficiente, mas subjetivamente suficiente. A primeira é a opinião, a segunda chama-se crença. (Log AA 09 65-66)

Parece que temos aqui o ovo de Colombo kantiano. O princípio teleológico dos seres vivos corroboraria a crença na boa vontade. A idéia de que em um produto organizado da natureza nada é sem propósito ou atribuível a um mecanismo natural cego, que é obtida a partir do juízo reflexivo, estaria em última instância corroborando a crença na existência da boa vontade, na existência de uma vontade que age por dever.

Poderíamos talvez pensar, com os olhos contemporâneos, que isto tudo não passa de um castelo de cartas, sujeitas a cair com um mero sopro de ciência. Pensemos, entretanto, no pior

cenário possível, ou seja, aquele em que pudéssemos provar que o princípio teleológico dos seres vivos é falso. Se assim fosse, me parece que do ponto de vista da moralidade a consequência mais importante seria a de que não mais teríamos boas razões para acreditar que a boa vontade não é uma quimera, ou seja, não mais teríamos boas razões para acreditar que existem ações morais no mundo. Este seria certamente um golpe duro no sistema kantiano, mas ainda assim, não fatal. Continuaríamos ainda obrigados pela razão a agir por dever, mesmo que não mais acreditássemos que as pessoas agem por dever<sup>5</sup>. Se a harmonia de propósitos de que fala Kant nada mais for do que o delírio de um visionário, ainda assim o dever de agir moralmente permanece em nós. Que diferença, então, o princípio teleológico faz? Que importância há para o sistema moral kantiano, e para a moralidade em geral, que acreditemos ou não na existência da boa vontade? Que importa se a boa vontade é ou não um sonho que pode ser realizado, mas que na prática não se realiza? Do ponto de vista objetivo não faz absolutamente nenhuma diferença. Do ponto de vista subjetivo, entretanto, do ponto de vista da motivação, quem de nós seria suficientemente forte para persistir tentando agir por dever sem acreditar que os seres humanos efetivamente agem por dever?

---

<sup>5</sup> A obrigação de agir por dever, de agir moralmente, é estabelecida independentemente da prova ou mesmo da crença na existência da moralidade, ou seja, na existência de ações efetivamente realizadas "por dever". A obrigação de agir moralmente começa a ser estabelecida por Kant quando ele mostra que existe um princípio prático que é objetivo, e que no campo humano toma a forma de um Imperativo Categórico. A prova da objetividade do princípio prático é dividida em duas partes, uma negativa e uma positiva. Na parte negativa da prova exposta na *Kritik der Praktischen Vernunft* (KpV AA 05 35-48), nos teoremas I e II trata-se de mostrar que não é verdade que todo princípio prático é empírico e material. A parte positiva da prova implica em mostrar que efetivamente existe um princípio prático que é formal. Kant não vai demonstrar isto, o que corresponderia a deduzir a lei moral. O que ele vai fazer é mostrar que os homens têm consciência de um princípio prático formal a medida em que mesmo o entendimento mais ordinário pode distinguir qual forma é ou não, na máxima, capaz de se adaptar a uma legislação universal. A prova de que os homens têm consciência deste princípio formal é que somos capazes de distinguir e apontar ações conformes e contrárias ao dever (não importa, para esta prova, que não sejamos capazes de mostrar que existem ações realizadas por dever, ou seja, ações realizadas pela mera representação da lei moral). Entretanto, para efetivar seu propósito expresso na KpV de estabelecer que há uma razão pura prática, ou seja, mostrar que a razão pura **pode** determinar imediatamente a vontade e como pode fazer isto, Kant precisa, além de mostrar que existe um princípio prático objetivo, também mostrar **como** ela pode se constituir em um motivo para a vontade humana, e ele faz isto lançando mão da noção de sentimento moral, através do sentimento de origem não empírica que é o respeito (ver a propósito de todo o argumento Nahra, Cínara *Uma Introdução à filosofia moral de Kant*, Natal:EDUFRN, 2008). Um outro problema, de ordem distinta, é mostrar que a razão pura não apenas pode como de fato determina a vontade humana. Mostrar que a razão pura, algumas vezes, determina a vontade humana, equivaleria a provar que existem ações realizadas "por dever" e não apenas em conformidade com o dever, mas provar isto, para Kant, é impossível dado a incognoscibilidade das nossas intenções. (GMS AA 04 407). Resta-nos, então, crer na boa vontade. Mas só teremos bons motivos para acreditar na boa vontade se pressupusermos o princípio teleológico dos seres vivos.

**REFERÊNCIAS**

- KANT, I. *Groundwork of the Metaphysics of Morals* (GMS AA 04). Ed. by Mary Gregor. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Critique of Judgment* (KU AA 05). Translated by Werner S. Pluhar. Indianápolis and Cambridge: Hackett Publishing Company, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da Faculdade do Juízo* (KU AA 05). Tradução de Valério Rohden e Antonio Marques. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Kritik der Urteilskraft* (KU AA 05). Immanuel Kant Werkausgabe Band X, Herausgegeben von Wilhelm Weischedel. Frankfurt: Suhrkamp, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Critique de La Raison Pratique* (KpV AA 05). Traduction de François Picavet. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.
- \_\_\_\_\_. *On the Use of Teleological Principles in Philosophy* (ÜGTP AA 08). In: Robert Bernasconi (ed.) *Race*. Massachussets/Oxford: Blackwell, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Logique* (Log AA 09). Traduction par L. Guillermit. Paris: Vrin, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da Razão Pura* (KrV B). Traduzido por Valério Rohden e Udo Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção os Pensadores, Kant I)
- NAHRA, C. *Uma Introdução à Filosofia Moral de Kant*. Natal: EDUFRN, 2008.
- PATON, H. J. *The Categorical Imperative*. London: Hutchinson, 1947.